



DAYANA SOUSA PEREIRA

**TRAJETÓRIA DOS ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE
UNIVERSIDADES FEDERAIS: FORMAÇÃO PARA ATUAÇÃO COM
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

LAVRAS – MG

2022

DAYANA SOUSA PEREIRA

TRAJETÓRIA DOS ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE UNIVERSIDADES
FEDERAIS: FORMAÇÃO PARA ATUAÇÃO COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Lavras, como parte das
exigências do Curso de Graduação em Educação
Física, para a obtenção do título de Bacharel.

PROF. DR. RAONI PERRUCCI TOLEDO MACHADO

Orientador

LAVRAS – MG

2022

Ficha catalográfica elaborada pela Coordenadoria de
Processos Técnicos da Biblioteca Universitária da UFLA

DAYANA SOUSA PEREIRA

TRAJETÓRIA DOS ESTUDANTES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE UNIVERSIDADES
FEDERAIS: FORMAÇÃO PARA ATUAÇÃO COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de Lavras,
como parte das exigências do Curso de Graduação
em Educação Física, para a obtenção do título de
Bacharel.

APROVADA em 27 de abril de 2022.

Banca Examinadora

DRA. MICHELLE ALINE BARRETO – UFLA

DR. RAONI PERRUCCI TOLEDO MACHADO – UFLA – Orientador

LAVRAS – MG

2022

RESUMO

A presente pesquisa consiste em identificar e refletir sobre a formação que os estudantes de Educação Física estão tendo nas universidades federais mineiras. A trajetória acadêmica é feita contemplando as mais diversas áreas do conhecimento da Educação Física, com isso, após esse processo, os profissionais deverão estar aptos a trabalhar com as múltiplas especificidades encontradas na sociedade. A área da atividade física para pessoas com deficiência deve estar presente em todos os cursos de Educação Física. Foi realizado o estudo com nove universidades federais de Minas Gerais, com 19 cursos de Educação Física distribuídos em 11 campus universitários, sendo 10 cursos de bacharelado e 9 de licenciatura. Todos os cursos têm presente no currículo algum meio para a formação da Educação Inclusiva, porém se mostraram insuficiente para uma integralização completa para a prática da inclusão.

Palavras-chave: Currículo. Formação. Atividade adaptada.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	1
2.	OBJETIVOS.....	3
3.	METODOLOGIA.....	3
4.	REFERENCIAL TEÓRICO.....	4
5.	RESULTADOS E ANÁLISE.....	11
	6.1 Disciplinas obrigatórias.....	12
	6.2 Nomenclaturas.....	13
	6.3 Carga horária.....	14
	6.4 Ementa.....	15
	6.5 Titulação dos docentes das disciplinas obrigatórias.....	20
	6.6 Projetos de ensino/pesquisa/extensão.....	22
	6.7 Outras disciplinas.....	24
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
	REFERÊNCIAS.....	27

1. INTRODUÇÃO

O esporte sempre foi muito presente na minha vida. A ginástica apareceu na minha trajetória muito cedo, ainda criança ia três vezes na semana aos treinos, adorava praticar e fazer apresentações, adorava também a professora Lívia, ela era minha inspiração na época e até nos dias atuais ainda tem minha admiração. Logo em sequência fui para a natação, na qual gostava muito e aprendi a nadar pela minha própria segurança. O futsal apareceu brevemente na minha história, não achava que tinha muito jeito para a modalidade, porém gostava muito da prática e do professor. Na minha escola do ensino fundamental (Escola Estadual Tiradentes) tive meu primeiro contato com o voleibol com o professor Gustavo, que me levou a ter uma enorme paixão pela modalidade. Ia treinar depois da aula três vezes na semana, eu e minhas amigas não perdíamos um treino. Com o tempo fui me destacando na modalidade e fui convidada a jogar em outra escola da cidade (Instituto Presbiteriano Gammon), que era particular e ganhei uma bolsa de estudos para poder estudar e competir pela escola. Passei toda minha adolescência jogando voleibol, tudo foi viabilizado pelo professor Falcão, que além de ser um bom treinador também me proporcionou vários ensinamentos de vida, o que me ajudou a crescer e amadurecer, e até hoje ele ainda tem minha admiração e acredito que foi uma das minhas inspirações para a escolha do curso.

Quando eu via no meu horário de aulas da escola que iria ter aula de Educação Física já ia para escola mais animada porque adorava as aulas. Apesar de que foram só algumas modalidades esportivas vistas eu geralmente era participativa e gostava das práticas.

Todas essas vivências fizeram com que eu me apaixonasse por esse fenômeno que é o esporte. E esse foi o principal fator para que eu escolhesse o curso de Educação Física para a minha formação, trabalhar com algo que eu já gostava me incentivou muito a buscar novos aprendizados e me formar na área.

Durante toda minha vida, principalmente escolar e esportiva, presenciei situações de exclusão com pessoas que não tinham condições plenas de realizar algum tipo de atividade. É fato que terão pessoas com mais habilidades e outras com menos em determinados tipos de situações, com isso, para que se tenha a condição de participação de todos são necessárias adaptações e pessoas capacitadas para fazer essas adaptações.

Quando criança frequentava muito o campus da Universidade Federal de Lavras (UFLA), meus pais me levavam para passear e praticar atividade física, inclusive foi o local onde aprendi a

andar de bicicleta. Sempre adorei o campus, achava muito bonito, e com o passar do tempo fui entendendo o que era uma Universidade e que quando formasse na escola eu iria entrar para alguma faculdade. Não houve dúvidas de qual seria a minha primeira opção para minha formação. A UFLA além de ser muito bem qualificada, estava na minha cidade natal, e não precisaria sair de casa para estudar. Então, logo no primeiro ano do ensino médio fiz o PAS (Processo de Avaliação Seriada) da UFLA, e nos próximos anos completei o processo que me fez entrar na universidade em primeiro lugar no curso de Educação Física licenciatura.

O curso de licenciatura me fez aprender sobre as diversas culturas e singularidades que encontramos na escola e na sociedade de modo geral. Ser diferente é o que nos torna únicos e ser professor é conviver e reconhecer as especificidades das pessoas, e através disso planejar o tipo de ensino e vivências que as pessoas terão. Desde o segundo período da graduação estive no PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) e pude estar cada vez mais próxima dos aprendizados do mundo da educação, me mostrando que cada escola é diferente da outra, cada turma é diferente da outra e que cada aluno é diferente do outro, e tudo é uma questão de especificidade para/com o outro.

Por meio da disciplina de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) durante meu quarto período de graduação na licenciatura, me despertou grande interesse na área de Educação de Surdos, pois se trata de algo importante e que está em insipiência na realidade brasileira. Adiante, quando estava cursando o sexto período, fui aprovada no processo seletivo do Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Paradesporto, e participando deste núcleo pude aumentar muito meu conhecimento da Educação Física Adaptada para Pessoas com Deficiências (PCDs), o que me fez aproximar cada vez mais da área da Educação Inclusiva. Ao mesmo tempo, também fui aprovada no processo seletivo do Projeto ASAS (Acessibilidade na Saúde em Atendimento aos Surdos), e através dele pude estar mais perto da comunidade surda de Lavras-MG. No sétimo período, passei pela disciplina de Atividade Motora Adaptada I, que foi muito importante para a minha graduação, o modo como a professora, Nathália Resende, levou a disciplina fez com que eu pudesse estar, ainda mais, envolvida com os conhecimentos da Educação Física Inclusiva. O meu trabalho de conclusão de curso dessa graduação teve como tema: Práticas pedagógicas inclusivas do professor: Inclusão de alunos surdos nas aulas de Educação Física. Por meio desse estudo pude concluir que os surdos de uma escola de Lavras não eram incluídos nas aulas, comprovando ainda mais que a exclusão é uma realidade na Educação Física.

Durante os meus estágios na escola, aprendi mais o que não fazer nas aulas do que conhecimentos da docência, os professores ainda estavam em uma concepção ultrapassada do que seria a Educação Física atualmente.

Com tudo isso, me fiz o questionamento do por que essa inclusão não acontecia, e percebi que se faz necessário saber se a educação inicial dos profissionais dá suporte de conhecimento suficiente para que seu atendimento seja acessível.

Tudo isso me inspirou na escolha desse tema de Trabalho de Conclusão de Curso sobre a trajetória de formação de profissionais de Educação Física tendo ênfase no conteúdo da Educação Inclusiva. Tendo como problemática: as Universidades Federais de Minas Gerais oferecem formação para a Educação Inclusiva para futuros profissionais de Educação Física? E a hipótese é que as instituições oferecem pouco aporte de conhecimento para que os profissionais tenham uma formação plena da Educação Inclusiva.

2. OBJETIVOS

Este estudo teve como objetivo analisar se as Universidades Federais de Minas Gerais oferecem aos estudantes uma formação para a Educação Inclusiva nos cursos de Educação Física. Para isso foi necessário: 1) Identificar a presença de disciplinas com assuntos voltados para PCDs; 2) Identificar esse processo formativo através do currículo; 3) Verificar oportunidades de projetos extensionistas e de pesquisa nesses cursos de formação; e 4) Identificar a formação de professores envolvidos na área inclusiva e atividade adaptada.

3. METODOLOGIA

O presente estudo é de natureza básica com finalidade exploratória, de procedimento metodológico documental e abordagem qualitativa (PRODANOV; FREITAS, 2013). A pesquisa teve seu início com uma revisão da literatura, que serviu como base na coleta e análise dos dados e para elaboração desse trabalho final. Após a revisão da literatura, buscou-se quais Universidades Federais de Minas Gerais possuem o curso de Educação Física licenciatura e/ou bacharelado. Em seguida o estudo se desenvolve com um capítulo principal que se baseia em uma análise documental

online. Esse capítulo consistirá na busca pelas matrizes curriculares dos cursos identificando-se as disciplinas oferecidas relacionadas ao tema, tendo como referência a ementa, conteúdo programático e referências bibliográficas.

Posteriormente, foi verificado se as instituições possuíam alguma atividade fora do currículo, como grupo de estudo ou núcleo de pesquisa e extensão com o tema da Educação Inclusiva e Atividade Adaptada. Dessa forma, ficará evidente o que instituições oferecem aos estudantes sobre essa temática além de disciplinas. Em seguida foi analisado o currículo Lattes dos docentes responsáveis pelas disciplinas e atividades oferecidas. Todos os dados foram coletados utilizando o site CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), sites oficiais das instituições e entrar em contato com os responsáveis pelos cursos e disciplinas via e-mail para solicitação de informações que não estavam disponíveis nos sites.

Após coletados os dados foi feita a análise de forma qualitativa dialogando com a literatura existente. Foi dividida por categorias os principais pontos objetivos da pesquisa:

- Presença da disciplina obrigatória do curso de Educação Física;
- Nomenclatura da disciplina;
- Carga horária da disciplina;
- Ementas, conteúdo programático e bibliografia básica;
- Grau acadêmico dos docentes das disciplinas obrigatórias;
- Presença de conteúdos envolvidos com a temática no currículo dos docentes;
- Presença de projetos de pesquisa e extensão;
- Presença de bolsas nos projetos;
- Presença de outras disciplinas (obrigatórias e optativas).

Com as categorias, foi possível fazer uma classificação dos dados, que também auxiliou no momento da coleta, ficando mais objetiva a procura, ajudando responder à pergunta da pesquisa. E por fim, foi exposto materiais da literatura para que fosse possível a discussão e a análise desses dados obtidos.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

O que a história conta sobre a deficiência, é que muitas pessoas a veem como uma limitação, sem perceber as potencialidades que as PCDs possuem, e também se tem o olhar para a PCD como uma pessoa incapaz. E quando essa situação acontece em ambientes da prática de atividade física é algo muito grave, pois as crianças, jovens, adultos e idosos com deficiência estão nada mais que exercendo seu direito de acesso ao esporte, lazer e práticas corporais, e a realidade é que esse direito não é acessível à essa população. Essa é uma realidade brasileira que acontece com frequência.

De acordo com IBGE no Censo de 2010, possuem no Brasil cerca de 46 milhões de PCDs, sendo aproximadamente 24% da população brasileira.

Na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), consta que é dever do Estado oferecer práticas desportivas formais e não formais aos cidadãos, com recursos públicos para a promoção do desporto educacional e o alto rendimento. A lei nº 13.146/15 instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, ela visa assegurar que as PCDs tenham condições de igualdade, exercer os direitos e liberdades fundamentais, visando a inclusão social e cidadania. Ainda diz que as PCDs “...tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.”. E também, neste documento diz que é considerado uma barreira:

...obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros... (BRASIL, 2015).

Ainda sobre esse suporte legislativo, é considerado importante a conquista da autonomia e a participação social com igualdade nas oportunidades, e isso através de: “...desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas...”. E, além disso, ressalva o direito à cultura, esporte, lazer e turismo, sendo eles protagonistas de suas próprias atividades, especificamente deve-se:

I - incentivar a provisão de instrução, de treinamento e de recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas;

II - assegurar acessibilidade nos locais de eventos e nos serviços prestados por pessoa ou entidade envolvida na organização das atividades de que trata este artigo; e

III - assegurar a participação da pessoa com deficiência em jogos e atividades recreativas, esportivas, de lazer, culturais e artísticas, inclusive no sistema escolar, em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

O profissional graduado em Educação Física deve ter conhecimento e habilidades nas dimensões político-social, ético-moral, técnico-profissional e científica. E além desse conhecimento, deve saber lidar com as situações-problema que eventualmente podem aparecer em sua profissão. As instituições devem oferecer uma coerência do que será ensinado com as exigências esperadas no futuro (BRASIL, 2004). Dentre tantas exigências para um graduado em Educação Física, destaca-se o tópico que diz:

Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas portadoras de deficiências, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, da promoção, da proteção e da reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas (BRASIL, 2004, p.11).

Ainda neste documento, as instituições de ensino superior devem organizar sua matriz curricular levando em consideração as dimensões culturais, didático-pedagógicas e técnico-instrumentais das diversas formas de manifestação e expressão do movimento humano, com intuito de qualificar a intervenção do profissional. Além disso, a instituição deve oferecer atividades complementares, que seriam estudos, monitorias, programas de extensão, entre outros, com intuito de aproveitar cada vez mais o tempo e os conhecimentos dos estudantes (BRASIL, 2004).

Na década de 30, foi decretado que PCDs não poderiam participar das aulas de Educação Física, isso devido ao governo Vargas que tinha por objetivo a “perfeição do corpo” e eugenia da raça. Nessa época a prática esportiva era destinada apenas a pessoas de “raça pura”, bela e saudável, o que não contemplava as PCDs (CARMO, 1989).

Em 1981 foi o “Ano Internacional da Pessoa Deficiente”, que foi marcado por várias pressões sobre o governo brasileiro. Como resultado, houveram novas legislações e um reconhecimento e valorização maior para as PCDs. Nessa mesma década foram realizados diversos encontros patrocinados pelo antigo SEED/MEC para discutir e formar diretrizes para a integração da Educação Física e Desportos no contexto da Educação Especial. Foram feitos vários

documentos, e em destaque a “Carta de Batatais”, feita em 1986, que constou com vários pontos importantes como: a prática de Educação Física é um direito fundamental a todos; a Educação Física valida os potenciais das PCDs; deve haver implantação de programas de Educação Física, desporto e lazer para as PCDs; garantia da inclusão do professor de Educação Física nas equipes interdisciplinares que atendem as PCDs; criação e melhoria dos espaços nos hospitais e centros de reabilitação para a prática da Educação Física; entre outros (CARMO, 1989).

Segundo Araújo (1996), o desporto para as PCDs é uma forma de expressão, principalmente motora, classificadas através de instituições internacionais que tem como objetivo facilitar as práticas esportivas com recursos tecnológicos e possibilitar o desempenho seguro dentro das condições reais existentes. A origem do desporto adaptado se dá pós II guerra mundial, e tinha como objetivo reabilitar e minimizar as sequelas nos soldados que sobreviveram. E além desse viés terapêutico, teve também a possibilidade de interação e socialização, visando a motivação em continuar a viver em sociedade. Em seguida ocorreram os jogos de Stoke Mandeville, que deu origem aos Jogos Paralímpicos (ARAÚJO, 1996).

O desporto adaptado no Brasil também nasce de uma perspectiva de reabilitação, dois brasileiros com deficiência implantaram os esportes adaptados no Brasil sobre influência de experiências vividas nos Estados Unidos durante a realização de um programa de reabilitação. O desporto adaptado no Brasil e no mundo ocorre de forma diferente do desporto praticado pelas pessoas sem deficiência. Para este último não são necessárias adaptações de espaços ou regras, é preciso apenas um grupo de pessoas com interesse na modalidade e um clube para mediar a participação nos eventos esportivos. Já o desporto adaptado a viabilização da participação em eventos desportivos é menos provável, devido a fragilidade das organizações paradesportivas brasileiras (ARAÚJO, 1996).

No início do século XX a Educação Física do sistema regular de ensino não era destinada para as PCDs e nem mesmo para aqueles que não apresentavam um biótipo “ideal” para a época. Com isso, os profissionais adotaram uma postura discriminatória, voltando suas atenções somente para as pessoas sem deficiência e para os mais talentosos (RIBEIRO; ARAÚJO, 2004).

Na década de 1930 a 1960 houve uma ampliação de cursos de Educação Física no ensino superior, o que resultou em uma queda na qualidade de ensino, que para Medina (1983) citado por Ribeiro e Araújo (2004) não apresentou uma educação para o desenvolvimento do indivíduo como

um todo, e além disso esses cursos estavam focados principalmente em uma prática para a competitividade e desenvolvimento da técnica.

No início dos anos 1970 já era discutido uma reformulação nos cursos de graduação, seria proposto um ensino que não valorizasse somente aspectos biológicos, mas também psicológicos e pedagógicos. Desse modo, passando de uma Educação Física tecnicista para humanista, capaz de criar as mesmas possibilidades de aprendizagem a todas as pessoas (RIBEIRO; ARAÚJO, 2004).

Cada mudança curricular é devido a um movimento social amplo. Para Lima (1998) conforme citado por Ribeiro e Araújo (2004), os cursos que adotaram a inclusão da disciplina voltada para características das PCDs, se deparam com o problema de falta de professores qualificados para ministração dessa nova disciplina. Na década de 1980, algumas instituições ofereceram cursos especializados para capacitar os docentes no conteúdo da Educação Física adaptada. Esta capacitação não era somente direcionada as PCDs, mas também para pessoas que sentem alguma dificuldade para a prática, como os obesos, asmáticos e idosos (RIBEIRO; ARAÚJO, 2004).

Segundo Borella (2010) as instituições de ensino superior têm como objetivo formar profissionais que terão suporte para realizar o atendimento para as necessidades e diferenças que as pessoas possuem. O autor traz também que as instituições estão passando por uma reformulação para adequar a matriz curricular de acordo com a realidade sócio histórica atual.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física (BRASIL, 2004) mostram alguns princípios que devem estar no projeto pedagógico do curso de Educação Física, dentre elas: a autonomia institucional; a articulação entre ensino, pesquisa e extensão; articulação entre conhecimentos de formação ampliada e específica. E devem conter no projeto competências de natureza ético-moral, político-social, técnico-profissional e científica. Além disso deve abordar questões das características regionais, culturais, de grupos especiais e das PCDs.

O curso de Educação Física tem como principal objetivo formar profissionais que dominam conhecimentos sobre o corpo e o movimento humano, e que esta é uma preparação para a vida profissional. E espera-se que os profissionais sejam capazes de utilizar esses conhecimentos para saber lidar com diferentes adversidades que podem surgir durante a prática profissional (TANI, 1997). A prática de atividade física para as PCDs traz diversos benefícios, como prevenir outras

deficiências, ampliar repertório motor, melhora a condição fisiológica, melhora da autoestima e autoimagem (MARTINS; RABELO, 2008).

Segundo Noce (2009), as PCDs que participam de programas de prática orientada de atividade física ou esportiva, melhoram aspectos metabólicos, musculares, articulares, cardiorrespiratórios e psicológicos, tendo assim uma melhor qualidade de vida. O mesmo autor relata que um estudo com vinte PCDs, divididos em ativos e sedentários, teve como resultado que o grupo ativo apresentou níveis elevados de qualidade de vida, especificamente na parte física, psicológica, social e ambiental.

Sabe-se que a prática de exercício físico ajuda as PCDs a melhorar a autoestima, melhorar a socialização, e ajuda a “... redescobrirem a vida em sua plenitude” (SBARDELOTTO, MACADAR, MOREIRA, 2014, p.2).

Os termos paradesporto e desporto adaptado são exclusivamente atividades esportivas para pessoas que possuem algum tipo de deficiência. Com o crescente número de praticantes paradesportivos, os atletas e técnicos precisavam criar órgãos e confederações que respondiam por essas práticas. Com a demanda também se torna necessário profissionais capacitados para oferecer uma prática segura e consciente (RIBEIRO; ARAÚJO, 2004).

Para atuar nesse mercado nem sempre os profissionais se interessam, isso pode ser devido à dificuldade em trabalhar com as diferenças e pela possibilidade de não atingir o rendimento que as pessoas sem deficiência alcançariam. Isso demonstra um traço da Educação Física tecnicista que ainda se encontra nos cursos de graduação em Educação Física (RIBEIRO; ARAÚJO, 2004). Segundo Ribeiro (2001), apenas oportunizar a prática desportiva para as PCDs não garantirá a inclusão, é necessário que todos da atividade estejam envolvidos no mesmo objetivo. Os profissionais devem estar atentos à diversidade presente na realidade, para que visualizem as diferenças e se preparem para atender grupos diversificados.

A Educação Inclusiva procura desenvolver modelos educativos livres de barreiras, e a Educação Física tem se mantido a margem desse movimento de inclusão. Por um lado, é nítido que a inclusão deve ocorrer, de outro, tem-se professores de Educação Física com dificuldade perante os desafios da inclusão. Com isso é sugerível que a formação desses profissionais esteja adequada e que garanta a atuação profissional inclusiva (RODRIGUES, 2003).

Para Costa e Sousa (2004), a Educação Física adaptada não pode estar desvinculada da educação geral, considerando que as pessoas possuem diferentes habilidades, comportamentos e

histórias de vida. Visto que a área de Educação Física especial/adaptada é de extrema importância, se faz necessário estudos para identificar se os eixos pedagógicos e teóricos estão em concordância com a área de atuação. Gomes (2007) constatou que a disciplina de Educação Física especial ofertadas pelas instituições públicas de ensino superior do estado do Paraná, ocorrem de forma isolada na grade curricular, e a carga horária é pequena comparada a necessidade do mercado. O autor também relata que para os acadêmicos esse assunto só é visto e discutido, na maioria das vezes, no final do curso, com isso não se tem suporte de conhecimento para questionar o assunto em outras disciplinas.

Já Borella (2010), verificou 114 instituições de ensino superior no Brasil, sendo 101 cursos de licenciatura e 59 de bacharelado, e constatou que há uma grande variedade de nomenclaturas referentes a disciplina de atividade adaptada. Investigou também os docentes dessas disciplinas e concluiu que a maioria não tinha titularidade para atender as exigências dessa área. Da mesma forma, Ferreira e colaboradores (2013) investigaram as instituições federais paulistas quanto a presença de conteúdos da atividade física adaptada nos cursos de Educação Física, e como resultado verificou a presença de disciplinas e atividades extracurriculares dos cursos. Essas atividades extracurriculares são amplamente oferecidas durante a graduação para que os estudantes se aprofundem nos conhecimentos, porém, por ser de caráter facultativo, não se sabe quanto os estudantes procuram por elas.

Outro estudo mostrou como está a estrutura curricular, quanto a disciplina de Educação Física especial/adaptada, nos cursos de Educação Física e Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados – MS. Contatou-se que há uma disciplina com carga horária insuficiente, e o autor traz que as instituições de ensino devem reformular a matriz curricular para abordar esse assunto de forma interdisciplinar e de trabalho colaborativo, para assim, formar profissionais para o processo de inclusão (SOUZA, 2014).

A inclusão de PCDs no Brasil é algo para refletir, por muitas vezes, estarem inseridos em um ambiente não acessível, acabam não se adaptando, tornando a vivência nesse lugar muito desconfortável ou até mesmo insuportável. Com isso, muitas pessoas ou os responsáveis das PCDs optam por não irem a esses ambientes para práticas corporais e de atividade física, impedindo que tenham acesso ao esporte e lazer, vetando o acesso a esse direito.

Os profissionais de Educação Física têm a responsabilidade de serem agentes para que a exclusão não aconteça. E para que sejam capazes de realizar a inclusão, devem passar por uma

graduação/formação para a prática de atividades acessíveis para PCDs. De nada adianta pregar discursos de inclusão, para quando chegar um aluno com deficiência ele não saber incluí-lo nos espaços e em suas aulas. É um direito que está sendo negado à pessoa e um dever que o profissional não está cumprindo.

Desta forma, a formação de profissionais de Educação Física, permeiam nessas principais áreas de atuação: educação; esporte; saúde e qualidade de vida; alto rendimento; e lazer e cultura. Os profissionais atuam diretamente com as pessoas, podendo ser em academias, clubes, postos de saúde e até mesmo nas ruas. O profissional deve ser capaz de atender a todos tipos de especificidades que as pessoas podem apresentar. Então a educação para atuação com PCDs deve estar presente nessa formação inicial.

Se a formação em Educação Física se mostrar incapaz de formar profissionais capacitados para atuar com as diferenças encontradas na sociedade, toda a população que será atendida por esses profissionais estará de algum modo sendo prejudicada. Desse modo, faz-se necessário averiguar como as Universidades Federais de Minas Gerais se posicionam e oferecem conteúdo da Educação Inclusiva e da atividade física adaptada para os estudantes, e posteriormente, podendo ser reparada e reformulada caso se mostrar insuficiente ou inexistente.

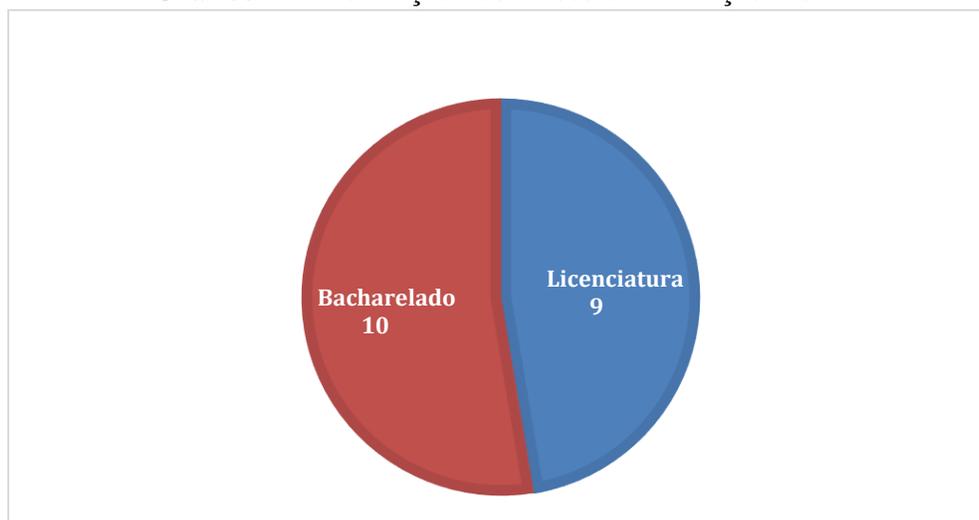
As Universidades Federais brasileiras de modo geral, são de grande importância e significado para o cenário educacional e social do Brasil. Além disso, a pesquisadora está tendo a formação em uma Universidade Federal situada em Minas Gerais, então por esses motivos que foi delimitado que a pesquisa é das Universidades Federais de Minas Gerais.

5. RESULTADOS E ANÁLISE

A pesquisa foi realizada com a participação de 9 universidades federais de Minas Gerais. Com 19 cursos de Educação Física distribuídos em 11 campus universitários, sendo 10 cursos de bacharelado e 9 de Licenciatura (gráfico 1). Foram as universidades: - Universidade Federal de Lavras (UFLA) com licenciatura e bacharelado; - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com licenciatura e bacharelado; - Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ) com licenciatura e bacharelado; - Universidade Federal de Uberlândia (UFU) com licenciatura e bacharelado;- Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) com licenciatura e bacharelado; -

Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) com bacharelado; - Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) com licenciatura e bacharelado; - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) campus Juiz de Fora com licenciatura e bacharelado e campus Governador Valadares com bacharelado;- Universidade Federal de Viçosa (UFV) campus Viçosa com licenciatura e bacharelado e campus Florestal com licenciatura.

Gráfico 1 - Habilitação dos cursos de Educação Física



Fonte: Os autores

Há uma equivalência na quantidade de cursos de bacharelado e licenciatura nas universidades, mesmo que três tenham apenas uma das habilitações. De modo geral foi possível achar as informações coletadas nos sites oficiais das universidades, quando não encontrada, foi enviado e-mail para coordenadores de curso, secretarias, colegiados e integrantes do corpo docente.

6.1 Disciplinas obrigatórias

As universidades devem proporcionar aos alunos possibilidades de aprendizado e reflexão sobre os mais diversos temas e contextos. Tem função social para viabilizar o desenvolvimento cultural, utilizando meios acadêmicos com intuito educativo para gerar conhecimento e promover cidadania (DEMO, 1993. Apud CASTANHO, FREITAS, 2006). Ter disciplinas da temática da Educação Inclusiva e Esportes Adaptados no currículo mostra uma preocupação com a formação

dos profissionais em lidar com as diversas situações e diversas características encontradas na sociedade. Quando essas disciplinas são obrigatórias torna ainda mais relevante esse cuidado. Foram encontradas 22 disciplinas obrigatórias nas matrizes curriculares dos cursos de Educação Física, sendo 11 da licenciatura e 11 do bacharelado.

Apenas um curso não tem nenhuma disciplina obrigatória da temática em questão sendo na habilitação bacharelado, enquanto na licenciatura possui duas. As demais universidades oferecem de 1 a 2 disciplinas obrigatórias.

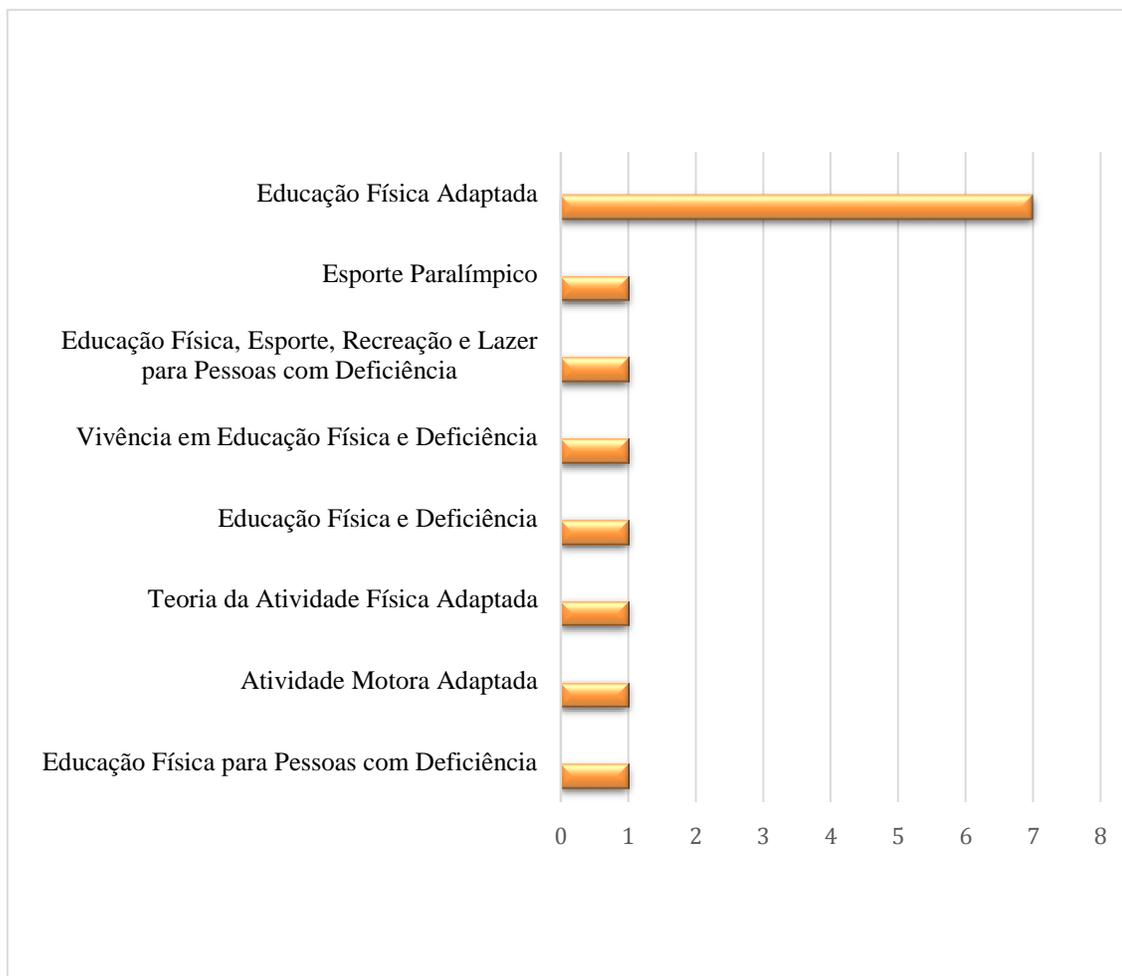
As universidades de ensino superior são locais onde o conhecimento deve ser disseminado, onde deve ter práticas docentes voltadas para os estudantes vivenciar situações da Educação Inclusiva, proporcionando assim uma melhor formação para a futura prática na profissão (BORELLA, 2010).

6.2 Nomenclaturas

Os dados coletados mostram que há uma variedade de nomenclatura das disciplinas (total de 8) tendo incidências. Os nomes podem mostrar subjetivamente e superficialmente o que será abordado na disciplina, por isso deve ser pensada e reformulada quando necessário.

A nomenclatura mais encontrada foi “Educação Física adaptada” com total de 7 ocorrências, e as demais apareceram apenas uma vez (gráfico 2).

Gráfico 2 - Nomenclatura das disciplinas obrigatórias dos cursos de Educação Física



Fonte: Os autores

O termo Educação Física Adaptada é conjunto de atividades diversificadas para o desenvolvimento, e é totalmente adaptado para as diversas características encontradas nas PCDs (PEDRINELLI, 1994 apud BORELLA, 2010). A pesar da variedade encontrada nas terminologias, é notório que a todas têm relação com a área pesquisada.

6.3 Carga horária

As cargas horárias das disciplinas vão ser apresentadas por créditos com 50 minutos cada (que será representado pela letra C). Foram obtidos os dados do número total de horas através das matrizes curriculares, sendo de 2C até 6C. As disciplinas de maior carga horária, provavelmente, proporcionam maiores chances de ensino e aprendizagem, e tem maiores oportunidades de realizar aulas teóricas e práticas.

A seguir apresenta-se uma tabela demonstrativa das cargas horárias pelas habilitações da Educação Física, podendo ocorrer a mesma disciplina para licenciatura e bacharelado na mesma universidade.

Tabela 1 – Cargas horárias

Carga horária em créditos (50 min)	Licenciatura	Bacharelado
2C	2	3
3C	1	2
4C	7	6
6C	1	0

Fonte: Os autores

Como observado há uma desproporção entre algumas cargas horárias de alguns cursos, o que pode supor que alguns estudantes terão uma formação mais completa que outros. E também gera uma preocupação em relação a essa formação menos favorecida, devido às diversas características e deficiências que esses futuros profissionais irão encontrar e podem não aprender a lidar e incluir em suas atividades, mas tudo depende em como os docentes irão aproveitar o tempo de suas aulas e em como será o interesse dos estudantes.

6.4 Ementa

Spudeit (2014, p.1) fala que o “programa da disciplina deve conter os dados de identificação da disciplina, ementa, objetivos, conteúdo programático, metodologia, avaliação e bibliografia básica e complementar da disciplina”. Desse modo compreende-se que deve estar exposta toda informação que deverá ser trabalhada durante a disciplina, ficando claro para os estudantes e qualquer pessoa que tiver contato com esse documento.

Para a formulação das ementas das disciplinas devem ser utilizados métodos e procedimentos de ensino e aprendizagem que sejam concordantes com os perfis que irão passar por essa formação. Assim como deve estar de acordo com todo o contexto dos estudantes e do currículo, para que não seja uma operação isolada e tenha o melhor caminho para alcançar os objetivos propostos (MAZZIONY, 2013).

As universidades que possuem as duas habilitações e oferecem a mesma disciplina para ambas, possuem o mesmo planejamento e ementa. Deve-se pensar a respeito das formações distintas do bacharelado e da licenciatura, os estudantes de cada curso devem ter conteúdos específicos de cada área, e com a mesma ementa e conteúdos programáticos poderiam perder a especificidade de cada curso.

A análise dos conteúdos das ementas foi feita em três categorias:

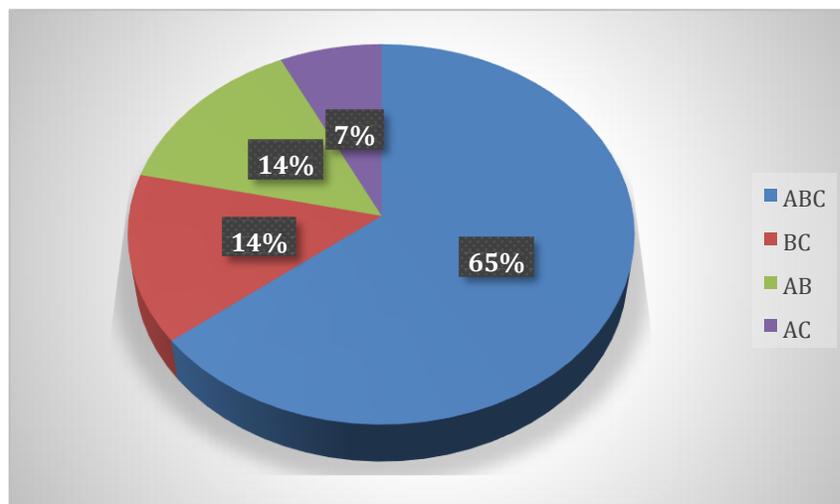
Categoria A: Histórica-social: Essa categoria consiste em ter presente nas ementas definições das diversas deficiências, contexto histórico, contexto social, atitudes, autoestima e comunicação.

Categoria B: Técnica-biológica: Essa categoria se refere ao aporte legislativo, as características biológicas, desenvolvimento motor, ferramentas, equipamentos, avaliações, reabilitação, testes e sistemas para melhora da performance.

Categoria C: Metodológica-inclusiva: Aqui deve conter aspectos e conhecimentos da Educação Inclusiva, prática pedagógica, metodologias inclusivas e organização de aulas/atividades adaptadas.

Considera-se que a disciplina que contemplar as três categorias se encontra mais completa e, conseqüentemente, oferecerá uma melhor formação para os estudantes.

Gráfico 3 - Curso que apresentam conteúdo das categorias A B e C



Fonte: Os autores

Como está representado, 65% dos cursos apresentam assuntos que estão contemplados nas três categorias referidas. Isso mostra que mais da metade das ementas podem ter um currículo para uma formação coerente com o ensino e aprendizagem necessários para atuarem no mercado de trabalho. Enquanto o restante dos cursos fica defasado em uma das categorias, deixando de lado aspectos muito relevantes para a formação.

No decorrer dos anos, as terminologias para se referir às pessoas que tem deficiência vem mudando e evoluindo. O termo “portador” de deficiência já não é mais utilizado, pois a deficiência não é algo que se porta ou se desvincula quando conveniente (SASSAKI, 2010). Alguns termos que já foram socialmente utilizados, mas que agora não são usuais, e podem ter até caráter pejorativo: inválidos, incapacitados, defeituosos, deficientes, excepcionais, pessoa deficiente, entre outras. O termo a ser utilizado que traz mais coerência e sentido é “pessoa com deficiência”, pois desvincula a pessoa da deficiência que ela possui, porque antes de tudo ela é uma pessoa.

Nas ementas das disciplinas foram encontrados diversos termos referentes às PCDs. A terminologia que mais apareceu foi a mais recente e conceitualmente a tida como certa atualmente. Na tabela a seguir, apresentamos todos os termos presentes nos documentos e quantas vezes foram mencionados:

Tabela 2 – Menções dos termos

Termos	Incidência
Pessoa com deficiência	25
Portador de necessidades especiais	3
Pessoa portadora de deficiência	3
Indivíduo especial	1
Deficiente	1
Pessoa portadora do espectro autista	1
Pessoa com transtorno do espectro autista	1

Fonte: Os autores

Parte importante de um planejamento pedagógico e elaboração de uma ementa, é selecionar a bibliografia básica e complementar que trará subsídio no desenvolvimento da disciplina. Foram encontradas 94 obras diferentes distribuídas na bibliografia das ementas. Na tabela a seguir, está representada as principais obras das ementas, que apareceram duas ou mais vezes nos currículos, totalizando 25 obras:

Tabela 3 – Principais obras

Autor	Obra	Ano	Veze em que aparece
GORGATTI, M.G.; COSTA, R.F.	Atividade física adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais	2005	9
CASTRO, E.M.	Atividade física adaptada	2005	8
WINNICK, J.P.	Educação Física e esportes adaptados	2004	7
WINNICK, J.P.; SHORT, F.X.	Testes de aptidão física para jovens com necessidades especiais	2001	5
DUARTE, E.; LIMA, S.M.T.	Atividade Física para pessoas com necessidades especiais	2003	5

SOUZA, P. A.	O Esporte na Paraplegia e Tetraplegia	1994	4
GORLA, J. I.	Educação Física Adaptada “o passo para a avaliação”	2008	4
TEIXEIRA, L.	Atividade Física Adaptada e Saúde “da teoria a prática”	2008	4
DIEHL, R. M.	Jogando com as diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência	2006	4
FREITAS, P.S.	Educação física e esportes para deficientes	2000	4
RODRIGUES, D.	Atividade Motora Adaptada: a alegria do corpo	2006	4
GORLA, J. I.; ARAÚJO, P. F.	Avaliação em Educação Física Adaptada: O Teste KTK para Deficientes Mentais	2007	3
ADAMS, R. C. et all.	Jogos, esportes e exercícios para deficientes físicos	1985	3
Carmo, A.A.	Deficiência física: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina	1994	3
MELLO, M. T.; WINCKLER, C.	Esporte Paralímpico	2012	3
DINIZ, D.	O que é deficiência	2007	2
CIDADE, R. E. A.; FREITAS, P. S.	Introdução à Educação Física e ao Desporto para pessoas portadoras de deficiência	2002	2
FREITAS, P.S.	Noções sobre Educação Física e Esporte para pessoas portadoras de deficiência: uma abordagem para professores de 1º e 2º graus	1997	2
GREGUOL, M.	Natação adaptada: em busca do movimento com autonomia	2010	2

SILVA, O. M.	A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje	1986	2
SOUZA, A. M.	A Criança Especial	2003	2
COSTA, A. M.	Atividade física e esporte para portadores de deficiência física	2001	2
STAINBACK, S. E.; STAINBACK, W.	Inclusão: um guia para educadores	1999	2
GORLA, J. I.; CAMPANA, M. B.; OLIVEIRA, L. Z.	Teste e Avaliação em Esporte Adaptado	2009	2
SILVA, R. F.; SEABRA JR, L.; ARAÚJO, P. F.	Educação Física Adaptada no Brasil: da história à inclusão educacional	2008	2

Fonte: Os autores

Dentre essas obras, nota-se que há muitas temáticas esportivas. O esporte e atividades adaptados para as PCDs estão muito presentes no decorrer das disciplinas na graduação. Enquanto a parte de Educação Inclusiva talvez fique precária, ressaltando que, as vezes, metodologias e formas de inclusão não serão totalmente aprendidas nesse processo.

6.5 Titulação dos docentes das disciplinas obrigatórias

Para que se tenha uma boa formação educacional, são necessários bons condutores do conhecimento, e os professores têm papel fundamental na parte de ensino e aprendizagem dos estudantes. Essa parte do estudo mostrou qual o grau acadêmico dos professores responsáveis pelas disciplinas de Esportes Adaptados e Educação Inclusiva, e também em qual área do conhecimento é a sua titulação.

Foram encontrados e analisados os currículos de 13 professores universitários sendo titulares e substitutos das disciplinas (apenas uma universidade não foi possível encontrar qual era

o professor responsável). O grau acadêmico encontrado em todos os currículos foi o Stricto Sensu (doutorado).

Como pode-se notar, há uma coesão de graus acadêmicos para o cargo na universidade federal, pois é esperado que professores que já são doutores tenham mais experiência e com isso, tenha o melhor comprometimento e prática docente.

Gráfico 4 - Áreas do conhecimento da titulação dos docentes



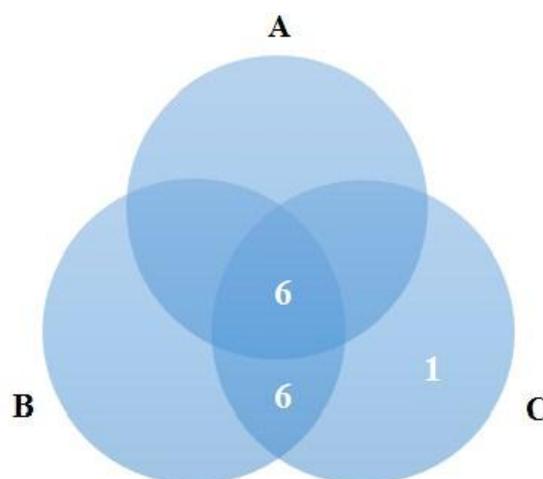
Fonte: Os autores

Como se pode observar no gráfico 5, a área do conhecimento que mais tem docentes graduados é a Ciências Humanas, seguido da Ciências da Saúde e Ciências do Esporte. Porém, todas são áreas condizentes com a Educação Física, mas nem todas são diretamente ligadas a atuação com PCDs.

Apesar da maioria dos docentes não terem a titulação de doutorado na área aqui pesquisada, foi feita uma análise mais a fundo dos currículos. Houve um processo de categorização para realizar

a pesquisa e análise dos dados. As três categorias formuladas serviram para um direcionamento da análise do currículo, que contemplam formações complementares, linhas de pesquisa e materiais publicados na área da Educação Inclusiva e/ou Esportes Adaptados.

- A) Formação complementar;
- B) Linhas de pesquisa;
- C) Material publicado.



Apenas 6 dos 13 docentes pesquisados possuem no currículo as três categorias presentes, enquanto outros 6 não tem uma formação complementar na área e 1 que não possui formação complementar e linhas de pesquisa.

Isso mostra que pode haver um descuido ao ser selecionado algum docente que não tenha muita experiência ou habilidades para com a área, o que pode prejudicar a formação dos estudantes. Os docentes devem estar aptos e familiarizados com a área do conhecimento que irá ser ministrado nas aulas, assim como indica o Conselho Nacional de Educação: “no processo de construção de sua autonomia intelectual, o professor, além de saber e de saber fazer deve compreender o que faz.”.

6.6 Projetos de ensino/pesquisa/extensão

Ter processos de ensino e aprendizagem além das disciplinas é algo que acrescenta para uma boa formação. Ter experiências teóricas e práticas faz com que os estudantes tenham uma visão mais completa sobre os assuntos estudados.

Werner (1997) citado por Borella (2010) traz que as três vertentes ensino-pesquisaextensão, são capazes de trazer aos estudantes formas de repensar os conteúdos nas estruturas sociais, tendo um conhecimento mais aprofundado e amplo.

Os programas de extensão proporcionam aos estudantes uma significativa relação com a comunidade, proporcionando várias experiências e aprendizados sociais (BORELLA, 2010). É necessário fazer uma ponte entre conhecimentos acadêmicos e práticos. A universidade não obtém todos os saberes, deve-se visualizar que há uma diversificada montanha de conhecimentos dentro de uma sociedade. Por isso é preciso uma educação pela emancipação, pensamento crítico e formação integralizada (CAMPOS, 2020).

No total dos 11 cursos pesquisados, 6 tem projetos de pesquisa e extensão para PCDs, desses projetos 4 disponibilizam bolsas para os estudantes que participam. Enquanto 3 cursos não têm nenhum projeto e 2 não foi possível achar essa informação.

Tabela 4 – Presença dos projetos

	Projeto com bolsa	Projeto sem bolsa	Não há projeto	Não foi encontrada a informação
UFLA	X			
UFMG	X			
UFSJ	X			
UFU	X			
UFOP			X	
UFTM			X	
UFVJM		X		
UFJF		X		
UFJF.GV.				X
UFV				X
UFV.F.			X	

Fonte: Os autores

6.7 Outras disciplinas

O Decreto nº 5.626/05 traz que na formação de professores, a Libras será disciplina curricular obrigatória nos cursos de magistério, fonoaudiologia e em todos os cursos de Licenciatura. Desse modo, todos os 9 cursos de Licenciatura em Educação Física têm em sua matriz curricular uma disciplina da Língua Brasileira de Sinais que contempla como disciplina da área de atividades inclusivas e adaptadas.

No bacharelado, a disciplina de Libras aparece como optativa para 9 dos 10 cursos pesquisados, ficando a escolha dos estudantes de realizar a disciplina. As disciplinas optativas são oportunidades para que os estudantes desenvolvam algum tema de sua preferência, que esteja fora da matriz obrigatória. Isso ocorre na intenção de ter um currículo dinâmico e diversificado, com intuito de oferecer novas possibilidades e saberes da área, pois como diz Borella (2010, p. 96), “as disciplinas optativas terão a função de complementar a formação oferecida atendendo aos momentos históricos e necessidades profissionais...”.

Cinco cursos de bacharelado oferecem, além da Libras, disciplinas de forma optativa sobre a temática de Esportes e Atividades para PCDs. As universidades têm de 1 a 3 disciplinas disponíveis para que os estudantes possam escolher fazer.

Tabela 5 – Disciplinas optativas bacharelado

	1 disciplina	2 disciplinas	3 disciplinas
UFU			X
UFOP	X		
UFTM	X		
UFJF		X	
UFJF.GV.	X		

Fonte: Os autores

Nos cursos de Licenciatura em Educação Física o quadro não é muito diferente, apenas 4 universidades oferecem aos estudantes 1 ou 2 disciplinas optativas no curso.

Tabela 6 – Disciplinas optativas licenciatura

	1 disciplina	2 disciplinas
UFU		X
UFOP	X	
UFVJM	X	
UFJF		X

Fonte: Os autores

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O profissional de Educação Física deve “dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática.” (BRASIL, 2004).

Com isso, é preciso que a formação dos estudantes seja de forma integral, atendendo a todas as demandas que possa vir a ter na sociedade. Faz-se necessário ter disciplinas obrigatórias em todos os cursos de Educação Física bacharelado e licenciatura. É necessário ter conhecimentos sobre a atuação com as PCDs para que após a formação, esses estudantes não façam nenhum processo de exclusão. Muitas vezes a diferença passa despercebida aos olhos dos professores, então é necessário criar uma percepção cuidadosa e empática para que seja notada as especificidades e com isso criar estratégias de acessibilidade e inclusão. E para que isso ocorra, durante todo o processo de formação devem conter situações e aprendizagens nessa vertente, para que fique cada vez mais familiar esses processos aos estudantes.

Após feita a disciplina obrigatória, espera-se que os estudantes compreendam o básico sobre as temáticas, e então após isso, deve haver outras formas para que os alunos procurem aprofundar nesses conhecimentos, por meio de disciplinas optativas, grupos e de pesquisa e/ou extensão, ou qualquer outra forma de aprendizagem.

De modo geral a quantidade de possibilidades para a formação para a prática com PCDs se mostrou pequena, uma disciplina ou até mesmo nenhuma disciplina na matriz obrigatória (disciplina diretamente ligada à área) mostra que a formação desses estudantes pode não estar favorecida para a atuação. E vale ressaltar que ter disciplina optativas e projetos é muito interessante e válido para uma integralização mais completa da temática em foco, porém não é garantia que os estudantes participem e se interessem por eles. Os docentes devem apresentar a área, incentivar e mostrar as possibilidades encontradas no curso, e também o oferecimento de bolsas passa a ser algo atrativo, que pode gerar mais pessoas interessadas e assíduas nessa formação.

As instituições formadoras são responsáveis pela vida profissional das pessoas nas diversas áreas de atuação, então devem contemplar as mais variadas situações, práticas pedagógicas de ensino e aprendizagem, vivências teóricas e práticas, entre outras questões. Com isso devem “fortalecer e aprimorar a capacidade acadêmica e profissional dos docentes formadores” (BRASIL, 2001). Além disso devem manter atualizados os recursos bibliográficos, tecnológicos e dos currículos de modo geral.

Por fim o aporte formador para a prática com PCDs ainda é estreito, há um caminho para percorrer nessa direção e ser aprimorado. Assim, tornam-se necessárias mais pesquisas nessa temática, visto que a Educação Física é um local de todas e para todas as pessoas, e com isso, são

necessárias práticas adaptativas e de acessibilidade. A trajetória dos estudantes deve ser rica e plural de conhecimentos, não com um currículo enrijecido, e que tenha presente vertentes para uma formação completa e compromissada com a diversidade existente na sociedade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Paulo Ferreira de. **Desporto adaptado no Brasil**: origem, institucionalização e atualização. Campinas, SP: [s. n.], 1996.

BORELLA, Douglas Roberto. **Atividade física adaptada no contexto das matrizes curriculares dos cursos de educação física**. São Carlos: UFSC, 2010. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, 2010.

BRASIL Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. Parecer n. 0058, de 18 de fevereiro de 2004. Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em educação física. Brasília, 2004.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2001.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial [da] República. Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez., 2005.

BRASIL. Lei nº 13146, 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República. Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 julho, 2015.

CAMPOS, Elisabete Ferreira Esteves. **Ensino, pesquisa, extensão**: Contribuições da pesquisação. Revista Actualidades Investigativas enEducación, 20(1), 1-16. Doi. 10.15517/aie.v20i1.39972. 2020.

CARMO, Apolônio Abadio do. **Deficiência física**: a sociedade brasileira cria, "recupera" e discrimina. [243]f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. 1989.

CASTANHO, Denise Molon. FREITAS, Soraia Napoleão. **Inclusão e prática docente no ensino superior**. Revista Educação Especial. nº 27. Universidade Federal de Santa Maria – Brasil, 2006.

COSTA, Alberto Martins da. SOUSA, Sônia Bertoni. **Educação Física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século xxi**. In: Revista Brasileira Cienc. Esporte, Campinas, v. 25, n. 3, p. 27-42, maio, 2004.

FERREIRA, Elizabete. et al. **Um olhar sobre a Educação Física adaptada nas universidades públicas paulistas: atividades obrigatórias e facultativas**. Revista Educ. Fis/UEM, v. 24, nº4, p. 581-595. 2013.

GOMES, Nilton Munhoz. **Análise da disciplina de Educação Física Especial nas Instituições de ensino superior públicas do Estado do Paraná**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Senso demográfico 2010.

MARTINS, Débora Lourdes. RABELO, Ricardo José. **Influência da atividade física adaptada na qualidade da vida de deficientes físicos**. MOVIMENTUM - Revista Digital de Educação Física - Ipatinga: Unileste-MG - V.3 - N.2 – Ago/Dez. 2008.

MAZZIONI, Sady. **As estratégias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem: Concepções de alunos e professores de Ciências Contábeis**. Revista Eletrônica de Administração e Turismo – ReAT, v. 2, n. 1, Jan/Jun, 2013.

NOCE, Franco. **A Percepção de Qualidade de Vida de Pessoas Portadoras de Deficiência Física Pode ser Influenciada Pela Prática de Atividade Física?** Revista Brasileira Medicina Esporte – Vol. 15, No 3 – Mai/Jun, 2009.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RIBEIRO, Sonia Maria. ARAÚJO, Paulo Ferreira de. **A formação acadêmica refletindo na expansão do desporto adaptado: uma abordagem brasileira**. Revista Brasileira Cienc. Esporte, Campinas, v. 25, n. 3, p. 57-69, maio, 2004.

RIBEIRO, Sônia Maria. **Temas em educação física adaptada “Inclusão e esporte: Um caminho a percorrer”**. Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada: SOBAMA, p. 33 a 37, 2001.

RODRIGUES, David. **A Educação Física perante a Educação Inclusiva: reflexões conceptuais e metodológicas**. Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física, 24/25, pp. 73-81. 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Nomenclatura na área da surdez**. In: Curso de terminologia sobre deficiência. 15 agosto 2008. Praia Grande: Prefeitura Municipal, Seduc, 2010.

SBARDELOTTO, Dirleia Aparecida. MACADAR, Marie Anne. MOREIRA, Vitor Cesar. **Inclusão de pessoas com necessidades especiais em academias de ginástica na perspectiva da teoria da ecologia organizacional**. Anais do III SINGEP e II S2IS – São Paulo – SP – Brasil – 09, 10 e 11/11/2014.

SOUZA, Calixto Junior de. **Entre o adaptar e o incluir: Uma abordagem interdisciplinar da disciplina de Educação Física Adaptada**. Revista da Sobama, Marília, v. 15, n. 1, p. 31-34, Jan/Jun, 2014.

SPUDEIT, Daniela. **Elaboração do plano de ensino e do plano de aula**. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Centro de Ciências Humanas e Sociais (CCH). Curso de Licenciatura em Biblioteconomia. Rio de Janeiro, fevereiro, 2014.

TANI, Go. **Algumas reflexões sobre o bacharelado em educação física**. Caderno Documentos[S.l.], n. 3, p. 56-70, 1997.